



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Saúde  
Comissão Intergestores Bipartite

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

## ATA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO

Dia: 10 de setembro de 2015

Horário: 09 horas

Local: 8º andar da SES

### PRESENTES À REUNIÃO

**SES:** Artur Herdy, Dulce Castro Quevedo, Lourdes de Costa Remor, Leandro Adriano de Barros, Karin Cristine Geller Leopoldo, Paulo Orsini, Cristina Pires, César Augusto Korzaguin, Michele de Souza, Lisiane Tuon (Gersa de Criciúma), Grace Ella Berenhauer, Lúcia Regina Schultz, Diogo Demarchi, Fábio Antonio de Souza, Walter Manfroi.

**COSEMS:** Edenice Reis da Silveira e Deyse Aquino (SMS Fpolis), Maria Regina de Souza Soar e Uiara Silva (Blumenau), Gilvana Schneider e Cleidenara Weirich (Chapecó), Ângela Sclier e Renato Ricci (Joinville) Cristiane Wille (Jaraguá do Sul), Sonia Bodanese (COSEMS), Marcia Adriana Cansian (Botuverá), Everton Treviso (Siderópolis); Francisnara Tataíra Zavaski (Balneário Camboriú); Ana Totti (Camboriú); Silmara Tobaldini (Concórdia), Dirazeli do Prado (Canoinhas); Gislaine Dias da Cunha (Sombrio).

Leonardo Augusto Oliveira, Erica Menezes e Mônica Mendes, do Ministério da Saúde.

### ITENS DE PAUTA

1. PPI Hospitalar (Fabinho);
2. Pagamento Deliberação 534/CIB/13 – R\$ 0,30 (Leandro e Diogo);
3. Encontro de Contas com municípios plenos – conforme Deliberação 175/CIB/15 (Chapecó, Itajaí, Blumenau, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Concórdia) para o fechamento de 2014 (Karin);
4. Cronograma para o Encontro de Contas 2015 (Karin);
5. Mutirão de cirurgias eletivas (informe) (Karin);
6. Proposta de Reabilitação da Cardiologia (Cristina Pires);
7. SVO (feedback) (Eduardo – DIVE);
8. SAMU de Palmitos (Município de Palmitos está devolvendo a USB);
9. Oncologia – Minuta de Portaria (informe) (Diogo);
10. Protocolos de Classificação de Risco (RUE) (Diogo).

Cristina Pires Machado informa que a Comissão Hospitalar se reunirá após a reunião da Câmara Técnica de Gestão do dia 10 de setembro de 2015.

**COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: Maria Regina de Souza Soar (COSEMS)**

Lourdes de Costa Remor.

## **1. Proposta de Reabilitação da Cardiologia**

O Cardiologista Artur Herdy, do Instituto de Cardiologia, apresentou a proposta para reabilitação em cardiologia. Cita que o objetivo é a prevenção de novos eventos e a orientação para os profissionais médicos da Rede para os encaminhamentos de paciente cardíacos. A proposta é iniciar com os hospitais que já possuem estrutura para isso, ou seja, hospitais próprios da SES. Esclarece que não há necessidade de grandes estruturas físicas. A capacitação será realizada à distância, para os profissionais que atuam nesses hospitais. Em cada um desses hospitais, o coordenador do Projeto será o médico, que liberará ou não o paciente para as atividades físicas. Edenice Silveira da SMS de Florianópolis coloca que a intenção do Município é trabalhar isso na Atenção Básica e acredita que esse trabalho deveria estar na Atenção Básica. A proposta mostra como o sistema de saúde está desarticulado. Cristina Pires, Superintendente dos Hospitais Públicos, esclarece que esse Projeto é para pacientes agudos, que necessitam estar ligados a uma unidade hospitalar. Artur Herdy cita que o objetivo também é a referência para os pacientes cardíacos, que hoje estão perdidos. Também esclarece que a Atenção Básica não está capacitada para atender o paciente cardíaco. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Blumenau, coloca que os médicos da Rede Básica poderão reclamar, porque poderiam estar realizando esse serviço e não o fazem por falta de recursos. Ana Luiza Totti de Camboriú cita que o Projeto parece bastante voltado para capacitação, mas, menciona, que não ficou claro como será efetivado. Pergunta se haverá recurso para custeio. Maria Regina de Souza Soar sugere que o Projeto volte em outra reunião da Câmara Técnica de Gestão.

**ENCAMINHAMENTOS:** O tema voltará para C.T. Gestão em data a definir.

## **2. PPI Estadual Hospitalar: atualização**

Fábio Souza, Gerente de Controle e Avaliação apresenta a proposta da SES para atualização da PPI. Ana Totti de Camboriú cita que não se pode falar em atualização de PPI se não há dinheiro novo. É preferível nominar de remanejamento. Coloca que é contra a inclusão do recurso das redes nos tetos dos municípios. Também cita que é necessário levantar a quantidade de recurso que o Estado de SC investe nas redes. Outro ponto levantado por Ana Totti é que se deve considerar que a regulação autoriza independente dos 7% que não deve mais ser levado em conta. Ana Totti sugere que o Estado cubra essa insuficiência de recursos. Cita também que, muitos hospitais recebem de porta de entrada R\$ 240.000,00 e gastam R\$ 100.000,00 e não há como retirar esse recurso. Cleidenara Weirich, Secretária Municipal de Saúde de Chapecó, menciona como absurdo haver sobra de recurso em 2014 quando há hospitais com produção excedente não podendo cobrar. Acredita que deve ser avaliado de imediato essa situação. Pensa também que devem ser revistas as portarias de incentivos de recursos aos serviços e a série histórica. Cristiane Willi, Secretária Municipal de Jaraguá do Sul coloca também que não concorda com a inclusão dos recursos das redes, mas, pensa que é indiscutível. Cita que os grandes hospitais estão sendo penalizados por aqueles que não produzem e corrobora as colocações de Ana Totti e Cleidenara Weirich. Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, coloca que a PPI deve ser atrelada ao 'encontro de contas'. Informa que o recurso da rede é alocado no MAC. Que existe a coluna teto MAC e coluna teto ajuste. Como contabilizar como incentivo o recurso da rede se o mesmo já está contabilizado como teto MAC? Não tem como. Karin Geller esclarece que o recurso vincula metas quantitativas e qualitativas. Mas, cita que a revisão do contrato é fundamental, porque tudo que estiver no contrato é contabilizado como teto. Quanto aos 7% de taxa de internação, Karin Geller informa que o Estado continua internando menos que 7%, mesmo com a regulação.

Apresenta como proposta uma saída: vincular a PPI ao final do estudo da Comissão Hospitalar e ao ‘encontro de contas’. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau coloca que o recurso da rede foi uma enganação do Ministério da Saúde, que inicialmente colocou como incentivo e depois incluiu como teto MAC. Concorde em pagar os hospitais com produção excedente por meio do ‘encontro de contas’ e se espera concluir o estudo da política hospitalar para atualizar a PPI. Karin Geller cita que, ao realizar o ‘encontro de contas’ na SES, observou-se a dificuldade dos municípios em elaborar os seus ‘encontros de contas’ – suas planilhas. Menciona que 90% dos municípios não sabem fazer o ‘encontro de contas’. Informa que a SES fará uma videoconferência para orientar sobre esse processo e cita também que a SES está realizando os ‘encontro de contas’ porque os municípios não fazem. O Estado apresenta as contas para os municípios dirão se concordam com a conta apresentada e sugere ‘encontro de contas’ semestral para a PPI Hospitalar. Ana Totti sugere que o Estado faça os ‘encontros de contas’ e apresentem aos municípios. Se os municípios não conseguirem comprovarem as suas contas, que fiquem aprovadas as contas apresentadas pela SES. Ana Totti sugere que a regulação avalie se as autorizações físicas estão sendo produzidas. Se estiverem sendo utilizadas e houver excedentes, podem ser o custo que esteja excedendo.

**ENCAMINHAMENTOS:** Chamar para virem aqui na SES, os municípios listados no item 03 da pauta, até quinze dias, a partir de hoje, para o ‘encontro de contas’ de 2014. O ‘Encontro de Contas’ com os Municípios, referente ao primeiro semestre de 2015, será realizado nos meses de setembro e outubro de 2015. O ‘Encontro de Contas’ com os Municípios, referente ao segundo semestre de 2015, será realizado em março e abril de 2016. Levar para a CIB para deliberar o cronograma do ‘encontro de contas’. E, atrelar a revisão da PPI da assistência à conclusão do estudo da política hospitalar do Estado de SC.

## **2. Projeto 0,30**

Leandro Adriano de Barros, Superintendente de Gestão, informa que não há disponibilidade de recurso no Estado para pagar o R\$0,30, até em função do mutirão de cirurgias eletivas. Cleidenara Weirich, Secretária Municipal de Saúde de Chapecó, chama atenção para a criação de novos programas pelo Governo, sendo que Este não paga a produção excedente. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, refere que os municípios criaram serviços, contratualizaram, com a promessa do Governador de pagar os R\$ 0,30 aos municípios e agora não paga. Ressalta que o COSEMS não abre mão dos R\$ 0,30 e que o Estado ficará devendo para os municípios. Lembra que os 0,30 é o per capita do MAC. Márcia Cansian, Secretária Municipal de Botuverá, informa que os prefeitos não abrem mão do Projeto 0,30. Que o Estado ficará devendo enquanto a Deliberação estiver vigente. Os municípios estão bancando com seus recursos, os serviços contratualizados com previsão de pagamento com o repasse dos R\$0,30. Diogo Demarchi lembra que a SES encaminhou a metodologia para a prestação de contas dos R\$ 0,30 e os municípios não fizeram. Karin Geller esclarece que a prestação de contas deve ser realizada no sistema e registrar no SAI/SUS.

**ENCAMINHAMENTOS:** Levar para a CIB para discussão e encaminhamentos.

## **3. Mutirão de Cirurgias Eletivas**

Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, informa que as cirurgias realizadas até agosto de 2015, foram realizadas na metodologia antiga. A partir da competência outubro de 2015, serão realizadas na nova metodologia com cota específica para cada município, até dezembro de 2015. O elenco será o mesmo que já vinham sendo utilizado com a

inclusão das cirurgias múltiplas. O Estado bancará a diferença do prêmio. O Estado continuará pagando o prêmio para as cirurgias de cataratas, no valor de R\$ 150.000,00. Os prêmios das outras cirurgias serão pagos dentro do procedimento. Fica revogada a Deliberação 290/2011 e altera a Deliberação 335/2013.

**ENCAMINHAMENTOS:** Esse tema já foi deliberado na reunião da CIB de agosto de 2015.

#### **4. SAMU de Palmitos**

Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau solicita que a SES reinicie a revisão da urgência e emergência, aprovada na última reunião da CIB. Ver Grupo Condutor de Redes e trazer para a próxima reunião da CIB. A política estadual do SAMU não aceita a devolução do SAMU, sem passar na Comissão que realizará a revisão das redes.

**ENCAMINHAMENTOS:** Discutir na política estadual. Para a revisão das Redes, o COSEMS indica as Secretarias Municipais de Saúde de Jaraguá do Sul, Lages, Pinhalzinho, Joinville.

#### **5. Oncologia: atualização do Plano Estadual**

Diogo Demarchi cita que o estudo, com relação ao diagnóstico em oncologia, mesmo está em fase final, como também os atendimentos ambulatoriais. Também estão sendo revisados os materiais das visitas realizadas nas regiões de saúde sobre as cirurgias oncológicas. Maria Regina de Souza Soar lembra que é necessário concluir essa parte das cirurgias e consultas ambulatoriais mesmo com a prorrogação da portaria do Ministério da Saúde.

**ENCAMINHAMENTOS:** Trazer as discussões das cirurgias oncológicas e diagnóstico para a próxima Câmara Técnica de Gestão.

#### **6. Oncologia: Protocolo de Risco**

Lúcia Regina Schultz, Superintendente de Regulação, informa que o Protocolo Catarinense passará pela homologação e validação. Cita que o Ministério da Saúde procurou o Estado para a utilização do Protocolo de Manchester e que o Ministério capacitaria sem ônus. Lúcia Schultz, ressalta que o Protocolo Catarinense continuará.

**ENCAMINHAMENTOS:** Levar para informe na CIB.

Por fim, Ana Totti do Município de Camboriu, sugere um estudo na lógica de discutir consórcio para Santa Catarina. Sugere a constituição de uma comissão para o estudo de consórcio.

**LOURDES DE COSTA REMOR**  
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite